

DESCRIÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL - CCE E FCE - NÍVEIS 11 A 17
([PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021](#))

DO CARGO	
Nome do cargo	Coordenador-Geral de Gestão das Concessões Minerais
Nível do cargo	FCE 1.13
Órgão de atuação	Ministério de Minas e Energia
Requisitos Legais	<p>- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;</p> <p>- Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023: Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.</p> <p>- Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021: Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargas em comissão e funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundamental, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.</p> <p>- Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023 alterado pelo Decreto nº 12.698, de 28 de outubro de 2025: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Minas e Energia e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</p>
DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	
Critérios Gerais	Conforme o art. 9º da Lei nº 14.204, de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e, não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 .
Critérios específicos	<p>I - possuir experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos;</p> <p>III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>IV - ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
DAS RESPONSABILIDADES	

DESCRIÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL - CCE E FCE - NÍVEIS 11 A 17
([PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021](#))

Principais responsabilidades	<p>Acompanhar, analisar, avaliar, elaborar atos, despachos e Notas técnicas referentes aos atos de outorgas do MME;</p> <p>Monitorar os direitos minerários, incluindo aqueles de competências da ANM;</p> <p>Analisar as informações sobre a evolução dos títulos minerários e acompanhar os procedimentos de gestão e fiscalização pelo órgão competente;</p> <p>Propor formas de aprimoramento do trâmite dos processos e para a gestão eficaz dos direitos minerários no País;</p> <p>Acompanhar a regulação do setor mineral brasileiro;</p> <p>Colaborar na elaboração de políticas destinados ao desenvolvimento da mineração de minérios nucleares e dos materiais radioativos de ocorrência natural.</p>
Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho	<p>Coordenação de equipe técnica voltada à análise e gestão de títulos e outorgas minerárias.</p> <p>Interlocução direta com a ANM e outras instituições reguladoras.</p> <p>Coordenação de análises, elaboração e monitoramento dos atos de outorga (Relatórios, painéis, disponibilização para dados abertos etc.)</p>
DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS	
Formação e Experiência	<p>Graduação em Administração, Direito, Economia, Geologia, Engenharias, Gestão Pública, Geografia, História ou áreas correlatas.</p> <p>Experiência em análise, gestão ou acompanhamento de títulos minerários.</p>
Competências	<p>Conhecimento Legal do setor mineral e do processo administrativo.</p> <p>Conhecimento regulatório e jurídico-administrativo.</p> <p>Capacidade de análise crítica e tomada de decisão.</p> <p>Gestão por resultados e atenção a prazos legais.</p>
Outros Requisitos	<p>Conhecimento dos sistemas da ANM e da legislação mineral.</p> <p>Experiência em gestão regulatória e articulação institucional.</p>